

Votação da rolagem será agilizada por causa das críticas dos governadores

por Eduardo Hollanda
de Brasília

O projeto de rolagem das dívidas de estados e municípios voltou a ser prioridade para o governo. A votação somente não acontecerá neste mês porque os trabalhos do Congresso serão encerrados até o dia 10, com a votação da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). Mas o líder do governo na Câmara, Roberto Freire (PPS-PE), já confirmou que, nos primeiros dias de agosto, pedirá a urgência urgentíssima para o projeto no Colégio de Líderes. Dessa maneira, o projeto irá direto ao plenário. O relator deverá ser o deputado Germano Rigotto (PMDB-RS), autor do substitutivo em tramitação na Câmara.

Rigotto afirmou que vai usar o período de recesso (de 11 a 31 de julho) para preparar o novo substitutivo para votação rápida nos primeiros dias de agosto. Em seguida, a matéria irá ao Senado, que terá ainda de elaborar resolução estabelecendo os limites de comprometimento das receitas de estados e municípios no pagamento das dívidas.

Essa mudança de posição do governo foi reflexo da reação da maior parte dos governadores, que criticaram a ideia do ministro da Fazenda, Fernando



Luiz Antonio Fleury
Filho

Henrique Cardoso, de fazer as negociações caso a caso. Ontem, durante a II Reunião de Cúpula dos Governadores pela Infância (ver página 5), o governador de São Paulo, Luiz Antônio Fleury Filho, defendeu a tese de ser definida uma solução imediata para a rolagem das dívidas, a partir de um projeto geral.

Segundo o governador paulista, o estoque da dívida imobiliária de São Paulo, em 31/12/91, era de US\$ 3,202 bilhões no Selic e mais US\$ 255 milhões na Cetip, totalizando US\$ 3,457 bilhões. Um ano depois, os valores haviam subido para, respectivamente, US\$ 4,317 bilhões, US\$ 781 milhões e US\$ 5,099 bilhões.

No dia 30 de junho deste ano, o total estava em US\$ 5,441 bilhões, sendo US\$ 4,588 bilhões no Selic (títulos públicos) e US\$ 852 milhões na Cetip (títulos privados). Fleury criticou ainda o sistema bancário privado, mostrando que, desde 1991, o Estado de São Paulo gastou mais US\$ 347 milhões de spread aos bancos privados.

O presidente do grupo Itaúsa, Olavo Setúbal, não vê lógica na atitude de Fleury de relacionar os bancos com os problemas da dívida do estado com a União. "Os bancos são apenas gerenciadores", observou.

À noite, o governador de São Paulo teve audiência com Fernando Henrique Cardoso. Fleury foi defender um comprometimento da receita do estado, para a rolagem, de 7% no primeiro ano, abrindo negociações para o segundo ano em diante. A proposta inicial do governo é 9% de comprometimento no primeiro ano e 11% no segundo, índices que Fleury considera inviáveis para São Paulo.

Ele saiu da reunião às 21h20 satisfeito, segundo relato da repórter Raquel Stenzel, e disse que até o final deste mês a dívida de São Paulo estará totalmente negociada com o governo.

O governador da Bahia, Antônio Carlos Magalhães, foi outro que criticou a ideia de negociações caso a caso. Disse que a dívida mobiliária da Bahia "é pequena, entre US\$ 400 milhões e US\$ 500 milhões. No resto, nossa dívida é basicamente com a Caixa Econômica Federal."

Outro governador que comanda um dos maiores estados devedores, Hélio Garcia, de Minas Gerais, afirmou que só pretende voltar a falar da rolagem de dívida com o governo "quando for para assinar o contrato".

Os governadores com as finanças saneadas — do Ceará, de Pernambuco, de Santa Catarina, e do Espírito Santo (o governador do Paraná, Roberto Requião, não veio à reunião) foram os maiores críticos do projeto global. Ciro Gomes disse que o Ceará precisa comprometer apenas 8% de sua receita para o pagamento da dívida e, dessa maneira, para aceitar índice maior, quer compensações à altura. Albuino Azeredo, do Espírito Santo, resolveu sua rolagem com apenas 4,5% da receita e exige o aval para novos créditos e outras compensações. A mesma posição é defendida por Joaquim Francisco, de Pernambuco, e Vilson Kleinubing, de Santa Catarina.